

PROCESSO TRT-15ª REGIÃO Nº 00900-2008-101-15-00-5 RO – PUBLICAÇÃO: 17/04/2009

RECURSO ORDINÁRIO

1ª. TURMA – 1ª. CÂMARA

RECORRENTE: ASSOCIAÇÃO DE ENSINO DE MARÍLIA LTDA.

RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO – PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

RECORRIDO: SINDICATO DOS TRABALHADORES EM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DE MARÍLIA

ORIGEM: 2ª VARA DO TRABALHO DE MARÍLIA

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. ACORDO COLETIVO DE TRABALHO. PRORROGAÇÃO DA DATA DE PAGAMENTO DOS SALÁRIOS. ART. 459, PARÁGRAFO PRIMEIRO, DA CLT. A possibilidade de negociação coletiva acerca de normas de indisponibilidade relativa, à luz do princípio da valoração das normas coletivas – artigo 7º, XXVI, da CF/88, sujeita-se à aferição da ocorrência de efetiva transação, não prevalecendo quando o ato implica mera renúncia de direito e a alteração legislativa pela via do ajuste coletivo.

Contra a r. decisão de fls. 212/215, proferida pela Exma. Juíza Keila Nogueira Silva, que julgou procedente a ação civil pública ajuizada, interpõe, a 2ª Ré, recurso ordinário, às fls. 219/239, pugnando a reforma da sentença, que desconsiderou a validade do acordo coletivo de trabalho firmado com o Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino de Marília, com o objetivo de prorrogar a data de pagamento dos salários.

Contra-razões pelo MPT, às fls. 255/268.

Nos termos dos artigos 110 e 111 do Regimento Interno deste E. Regional, os autos não foram encaminhados à D. Procuradoria.

Relatados.

Voto

Conheço do recurso, porque presentes os pressupostos de admissibilidade.

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. ACORDO COLETIVO. PRORROGAÇÃO DA DATA DE PAGAMENTO DOS SALÁRIOS. ART. 459, PARAGRAFO ÚNICO, DA CLT.

Assentou a r. decisão recorrida que:

(...)

Entendo que os acordos coletivos de trabalho são lesivos aos interesses dos trabalhadores, e as cláusulas que estabelecem o pagamento até o dia 10 são nulas em face do direito protetivo do trabalhador que estabelece cláusulas mínimas que não podem ser renunciadas pela simples vontade das partes, sejam elas individuais, sejam elas coletivas. Entendo que o Sindicato da categoria, intimamente ligado aos interesses da própria entidade empresarial, neste aspecto, não tem protegido os reais interesses da sua classe. Veja-se que a renúncia desse direito (se fosse possível), sequer há uma contrapartida à altura. Anote-se que o empregado não pode assumir o risco da atividade econômica das empresas a teor do artigo 2º da CLT, o que tem ocorrido no caso do pagamento dos salários dos professores sempre em desacordo com o artigo 459 parágrafo único da CLT.

Assim, é verdade que esta Juíza, titular da 2ª Vara de Marília tem considerado diuturnamente o atraso no pagamento dos salários, com aplicação de multas nas ações individuais desta Vara, de forma que o resultado da presente Ação Civil Pública não poderia ser outro, senão a sua procedência na sua totalidade.

(...) (fls. 213/214)

Insurge-se a Recorrente, alegando que referidos acordos coletivos, foram validamente formalizados, autorizando o pagamento dos salários até o dia 10 (dez) de cada mês. Sustenta que a avença teve início em 1999, e decorreu do fato de no 5º dia útil não haver liquidez para a efetivação de toda a folha de pagamento, uma vez que as mensalidades dos discentes vencem nesta mesma data, de modo que inicia o pagamento no 6º dia útil chegando, no máximo, até o dia 10 de cada mês. Invoca o teor dos artigos 5º, XXI, e 8º, III, da Constituição Federal, e aponta jurisprudência.

Nos termos do art. 2º da CLT cabe ao empregador os riscos da atividade econômica, de sorte que a fundamentação adotada pela ora Recorrente não serve de justificativa para a prorrogação do prazo estabelecido no parágrafo único do art. 459 da CLT, segundo o qual:

... Quando o pagamento houver sido estipulado por mês, deverá ser efetuado, o mais tardar, até o quinto dia útil do mês subsequente.

Feita esta consideração, é de se ponderar que o cerne da questão controvertida reside na avaliação da possibilidade desta matéria ser objeto de negociação coletiva, haja vista a existência de normatização legislativa.

Segundo esclarece MAURÍCIO GODINHO DELGADO, para que as normas autônomas juscoletivas prevaleçam sobre as regras legais, é necessário que sejam observados dois critérios: que referidas normas implementem um padrão setorial superior ao padrão geral ou que as normas transacionadas refiram-se a parcelas justrabalhistas de indisponibilidade relativa. Trata-se do Princípio da Adequação Setorial Negociada (Curso de Direito do Trabalho, 4ª edição, LTR, p. 1398/1400).

Quanto à negociação de normas de indisponibilidade relativa, como no caso dos autos, esclarece o citado doutrinador que são amplas as possibilidades de validade e eficácia jurídica da negociação coletiva, à luz do Princípio da Adequação Setorial Negociada, entretanto:

(...) essas possibilidades não são plenas e irrefreáveis. Há limites objetivos à adequação setorial negociada...

Desse modo, ela não prevalece se concretizada mediante ato estrito de renúncia (e não transação). É que ao processo negocial coletivo falece poderes de renúncia sobre direitos de terceiros (isto é, despojamento unilateral sem contrapartida do agente adverso). Cabe-lhe, essencialmente, promover transação... (*Curso de Direito do Trabalho*, 4ª edição, LTR, p.1400).

O acordo coletivo de trabalho acostado às fls.17/18 importa renúncia e não transação, na medida em que estabelece ***que o pagamento dos salários dos empregados da Instituição será mensalmente, nos termos do artigo 459 da CLT, o qual será pago até o dia 10 (dez) do mês já trabalhado***, sem qualquer contrapartida.

Diga-se que as considerações preliminares constantes do acordo, como justificativa para a avença, não representam contrapartida ao direito, objeto da negociação coletiva.

Veja-se, por exemplo, que o acordo coletivo firmado em 1999 (fl. 89/90) previa, em contrapartida à prorrogação do prazo para pagamento dos salários, a estabilidade no emprego pelo prazo de 90 (noventa) dias, o que não se infere no acordo coletivo firmado em 2008.

Destaque-se que, o empregador ao se estabelecer deve constituir capital de giro próprio para atender os riscos do negócio que assume na execução de seu empreendimento.

Não se tratando de situação emergencial e temporária, a alteração legislativa pela via negocial coletiva não merece acolhida.

A r. sentença deferiu liminar e julgou parcialmente procedente a ação para determinar à ré que efetue o pagamento dos salários até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido sob pena de multa diária no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), impondo ao Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino de Marília que se abstenha de pactuar cláusula de instrumento coletivo que viole o artigo 459, parágrafo primeiro, da CLT, também sob pena de arcar com a multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Observe-se que contra à obrigação de não-fazer imposta à entidade sindical esta não recorreu.

Cabe destacar, outrossim, que às fls. 107/120 consta acordo coletivo de trabalho firmado entre a Recorrente e o Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários e Urbanos de Marília e Região, no bojo do qual foi ajustado o dia 10 do mês subsequente ao vencido como data do pagamento do salário.

Referido acordo não embasa a petição inicial, a qual vem lastrada na incorreção do acordo coletivo de trabalho, firmado em fevereiro de 2008 (fls. 17/18), com o Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino de Marília.

Pequeno reparo merece a decisão recorrida, apenas para especificar que a determinação de pagamento dos salários até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido refere-se aos empregados representados pelo Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino de Marília.

A imposição de multa por descumprimento de obrigação de não fazer encontra respaldo no art. 11 da lei nº 7347/85, justificando-se a concessão da liminar, em face da presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, e a natureza alimentar do salário.

Mantém-se.

DIANTE DO EXPOSTO, DECIDO: **CONHECER DO RECURSO DA ASSOCIAÇÃO DE ENSINO DE MARÍLIA E O PROVER EM PARTE** para especificar que a determinação constante da sentença de pagamento dos salários até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido refere-se aos empregados representados pelo Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino de Marília, nos termos da fundamentação

Para fins recursais, mantêm-se os valores arbitrados em Primeira Instância.

LUIZ ANTONIO LAZARIM
Desembargador Federal do Trabalho Relator